

PODER MILITAR, CRISE FINANCEIRA E O PANORAMA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

Érico Esteves Duarte¹

Introdução: as Hipóteses de Mearsheimer.

Os instrumentos da política externa de um país são unos, eles são apenas discretos em ramos de poder *hard*, *soft* e *smart* na mente do acadêmico como forma de simplificação de análise e em razão das gramáticas peculiares dos meios, sejam eles diplomáticos, militares, econômicos ou ideológicos. Por isso, uma avaliação dos impactos da crise financeira de 2008 no panorama de segurança internacional do Século XXI impõe a necessidade de uma cautela, mais do que uma certeza, com relação aos seus efeitos nos padrões internacionais de poder.

Desde que olhar para o futuro demanda olhar para o passado, qualquer previsão das implicações da crise financeira na segurança internacional deve ter como referência as tendências de distribuição de poder dos últimos vinte anos. Para a elaboração de um cenário de segurança internacional para o século 21, o esforço de análise deve apreciar se as expectativas elaboradas sobre esse passado recente das relações internacionais devem ser mantidas, revistas ou descartadas.

Para tal exposição, este artigo propõe ter como foco as duas hipóteses formuladas na virada do século por John Mearsheimer (2001), um dos expoentes da teoria realista e responsável pela revitalização da mesma para o século XXI

¹ Professor do curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: ericoduarte@gmail.com.

(Mearsheimer 2009). Ele estipulou que a presença militar dos Estados Unidos na Ásia e na Europa, logo seu papel nas relações internacionais, seria correspondente a continuidade ou a descontinuidade dos padrões de crescimento econômico e de integridade política nesses dois continentes. Suas hipóteses foram baseadas no entendimento de que os Estados Unidos vêm sendo a única hegemonia regional, nas Américas, e, como consequência, desde o início do século 20, vêm desempenhando o papel de equilibrador externo contra potenciais estados hegemônicos mundo afora desde o pleito da Alemanha imperial até a União Soviética. A continuidade desse papel no futuro é dependente de expectativas de colapso ou de transformação da Rússia e China, as principais candidatas a hegemônias regionais no século 21 (Mearsheimer 2001, c. 10).

As duas hipóteses encaminhadas apresentam alternativas na produção de poder entre Estados Unidos e seus principais rivais, de maneira a antecipar padrões específicos de concorrência e acomodação de políticas externas. A primeira hipótese de Mearsheimer considera a manutenção das tendências de produção de riqueza relativa e integridade política da década de 1990 no século XXI, cujos resultados seriam:

- Os Estados Unidos se retirariam da Ásia e da Europa como resultado da inexistência de concorrentes e ameaças;
- Diante disso, existiram dois padrões distintos de distribuição de poder na Europa e na Ásia. Enquanto, na primeira região, configurar-se-ia uma multipolaridade equilibrada, na segunda, uma multipolaridade desequilibrada com potencial hegemônico da China. Tanto em um caso como no outro, essas redistribuições de poder, em razão de suas lógicas próprias, levariam a instabilidades e possibilidade de guerras nos dois continentes, principalmente no cenário asiático;
- Levando-se em conta a percepção de ameaça pelos Estados Unidos e os custos envolvidos, ficaria a dúvida se eles retornariam a projetar uma presença militar para essas duas regiões novamente.

Alternativamente, Mearsheimer apresentou uma segunda hipótese, elaborada a partir de um cenário em que houvesse uma mudança radical em relação aos panoramas econômicos e políticos da década de 1990. Os seus resultados seriam:

- O surgimento de um potencial estado hegemônico na Europa e/ou na Ásia;
- De modo que os Estados Unidos permanecessem de maneira presencial e articulada em coalizões com outras potências regionais em uma ou nas duas regiões.

Essas duas formulações de cenários suscitam mais questões do que as encerram, particularmente ao se considerar se a crise financeira de 2008 poderia ser tal evento desencadeador de novos padrões de distribuição de poder previsto na segunda hipótese de Mearsheimer. Para uma verificação inicial de tal hipótese, o presente artigo busca tratar de quatro aspectos.

Na primeira seção do artigo, que segue a esta introdução, apresentam-se alguns índices que permitem considerar que os padrões de distribuição de poder internacional anteriores à crise financeira de 2008 eram favoráveis a uma unipolaridade norte-americana. Segundo, uma apreciação dos efeitos políticos da crise financeira de 2008 e, na medida do razoável, apontar se a segunda hipótese de Mearsheimer está sendo comprovada em demérito da primeira – ou seja, apreciar até que ponto a crise financeira recente promove a redistribuição de poder alavancando rivais aos Estados Unidos. Terceiro, identificar mudanças no padrão da política externa dos Estados Unidos em reação a mudanças no padrão de poder a partir de 2008. Quarto, o artigo apresenta suas conclusões e recomenda uma agenda de pesquisa sobre a produção e conversão de poder, de maneira que se estabeleçam bases conceituais mais robustas que permitam a elaboração de diagnósticos e prognósticos mais consistentes da segurança internacional.

A Unipolaridade Norte-Americana: os Padrões de Distribuição de Poder até a Crise Financeira de 2008.

Para efeito do presente artigo, aderimos às definições de poder do realismo ofensivo: forças terrestres e poderio nuclear, relação aos quais grandes populações e riqueza são pré-requisitos e considerados na medida em que produzam a expectativa de efeito negativo ou positivo nas capacidades de poder real, ou seja, o militar (Mearsheimer 2001, c. 4). Ainda assim, adotamos tal recorte com alguma reserva, particularmente porque a proposta de Mearsheimer suscita uma observação objetiva, mas, em certa medida, demasiadamente

quantitativa quando se é comprovado que aspectos qualitativos e não-materiais não podem ser desconsiderados, principalmente no modo bélico contemporâneo (Biddle 2006). Por essas e outras razões que se é discutida na última seção do artigo a necessidade de um esforço contínuo de pesquisa para superar os limites de dados e de consideração para uma análise mais fidedigna da correção internacional de forças.

Para um diagnóstico do período anterior à crise financeira de 2008, existem índices que apontam que nos primeiros anos do pós-Guerra Fria houve uma concentração desproporcional e contínua de poder em torno dos Estados Unidos. Esta seção busca apontar alguns desses dados e suas consequências sistêmicas em termos de padrões de relações internacionais.

De acordo com dados processados pelo professor Gilberto Dupas (2007), entre a década de 1970 e os anos 2000, até antes da crise financeira de 2008, os ‘grandes países centrais’ – que incluem os Estados Unidos, Alemanha, Itália, França, Espanha, Inglaterra e Japão - acumulavam 63% da riqueza mundial (ver gráfico 1, no apêndice). Já os ‘grandes países da periferia’ – categoria na qual Dupas inclui os hoje denominados BRICS além de Argentina, Turquia, Polônia, Irã, Indonésia, México e Tailândia – acumulavam apenas 14%. Em termos comparativos, os ‘grandes países centrais’ mantinham um padrão de distribuição internacional de riqueza tão concentrado que mesmo as altas taxas de crescimento das potências emergentes não eram capazes de reduzir essa lacuna.

Isso colocava os grandes países centrais em posição confortável em demérito dos grandes países periféricos, o que conferia a estes últimos uma posição internacional mais temerosa, reativa e defensiva. Ora, ainda que insuficientes para provocar mudanças sistêmicas, as altas taxas de crescimento da maioria dos grandes países da periferia eram fundamentais domesticamente para seus respectivos processos de modernização e, alguns casos, a própria consolidação e legitimação de suas ordens políticas internas. Assim, essa condição internacional aproximava-se de uma relação de interdependência assimétrica na relação desses países com uma ordem internacional demasiadamente benigna aos grandes países centrais. Tal condição teria incentivado a coordenação entre alguns desses países em blocos inicialmente defensivos, como, por exemplo, o G-20 e a iniciativa IBSA (de Oliveira e Onuki 2000).

No entanto, por mais que existam na literatura das relações internacionais modelos mágicos para previsão de padrões de poder a partir da comparação de crescimento do PIB entre países (por exemplo, Organski e Kugler 1981; Tammen et al. 2000), esse tipo de índice é transiente e não aponta mudanças imediatamente críticas no sistema de poder internacional do ponto de vista do realismo ofensivo. Isso porque é bem desenvolvido historicamente e conceitualmente que o acúmulo de riqueza não remete automaticamente em poder militar (Mearsheimer 2001, c. 3; ver ainda Aron 1986; Gilpin 1981). Portanto, mesmo uma apreciação preliminar da distribuição internacional de poder não deve se limitar a um índice consolidado de produção de riqueza.

Um segundo índice disponível e mais próximo do entendimento realista de poder – mas ainda assim inconclusivo para uma comparação definitiva de capacidades combatentes – é a compilação dos principais gastos militares entre 1998 e 2008. No Gráfico 2 do apêndice, fica mais explícita a crescente protuberância militar norte-americana no pós-Guerra Fria, partindo de um patamar, em 1998, de gastos equivalentes aos outros oito maiores orçamentos militares para um patamar, em 2008, equivalentes à soma dos demais quinze maiores orçamentos militares do mundo. Essa variação refletiu basicamente a expansão dos gastos nas “Guerras ao Terror”, no Afeganistão e no Iraque. De outro lado, é possível perceber ainda a inclusão ou a ascensão de países não ocidentais que conseguiram trazer seus orçamentos a patamares equivalentes aos dos países europeus.

Um terceiro índice de poder mais objetivo é a distribuição da capacidade nuclear pós-Guerra Fria. A Tabela 1 do apêndice dá uma visão quantitativa e preliminar, mas útil, dos estoques ativos de artefatos nucleares. Nota-se, primeiro, a manutenção da tradicional vantagem de Rússia e Estados Unidos sobre as demais potências nucleares, mas com alguma redução em termos quantitativos. Um segundo ponto a chamar atenção da tabela 1 é a equivalência do número de ogivas nucleares entre países asiáticos e europeus em torno do ano de 2006 e a expectativa de superação dos primeiros sobre os últimos ao longo da segunda década do século XXI. Isso tem consequências importantes, principalmente ao dar maior capacidade dissuasória aos países da região com relação a potências extrarregionais, conferindo à Ásia uma maior escala de dinâmicas securitárias próprias. Isso não remete, entretanto, em maior

possibilidade por parte dos países asiáticos em interferir em questões de outras regiões em razão dos números e empregos bastante limitados à região asiática dessas capacidades nucleares.

Uma apreciação consolidada desses três índices permite estabelecer algumas considerações parciais já neste estágio do estudo.

A primeira delas é com relação a uma condição sistêmica internacional até 2008 favorável aos Estados Unidos, pois não existiam dados demográficos ou econômicos que sugerissem inviabilidade na manutenção da primazia militar norte-americana. Pelo contrário, a concentração internacional de riqueza apontada por Dupas sugeria possibilidade de manutenção dessa correlação internacional de forças em, no mínimo, médio prazo.

Tal distribuição de poder e sua possibilidade de perseverança expressariam um sistema internacional unipolar. Essa configuração de poder, apesar de teoricamente possível, foi apenas marginalmente considerada pela teoria das relações internacionais até o fim da Guerra Fria (Jervis 2009). Por conta disso, apesar de relevante, tal agenda de pesquisa ainda não é substantiva (Brooks e Wohlforth 2008; Ikenberry et al. 2009, 2011; Kaufman et al. 2007; Wohlforth 1999) e sujeita a importantes críticas (Layne 2006; Lima 1996). Mesmo assim, existe alguma reflexão sobre os padrões internacionais apontados como característicos da unipolaridade que permitem adição de alguns pontos às proposições lançadas por Mearsheimer (Diniz 2006).

Primeiro, os Estados Unidos concentrariam capacidades militares de tal maneira superiores aos demais países que lhe confeririam uma condição de comando das áreas comuns do planeta: o espaço orbital terrestre, os oceanos e o espaço aéreo acima dos 15 mil pés, além do alcance da maioria dos sistemas antiaéreos terra-ar (Posen 2003). Apesar dessa condição não significar onipotência, principalmente pelas dinâmicas estratégicas e táticas específicas dos enfrentamentos em terra e em áreas costeiras na era dos mísseis (Biddle 2006; Hughes 2000), ela daria aos Estados Unidos capacidade de projeção de força de mais longo alcance e, conseqüentemente, maior margem de ação nos assuntos internacionais do que qualquer outro país ou coalizão de países do sistema internacional contemporâneo. Essa seria uma condição relativa distinta e superior em relação às demais grandes potências atuais – notadamente China e Rússia –, que teriam apenas capacidades suficientes para garantia de suas respectivas autonomias e envolvimento pontual em questões regionais, mas não

para alguma ação regional mais protuberante ou envolvimento em questões em outras regiões do globo.

Segundo, os principais rivais aos Estados Unidos não seriam capazes de acumular poder (balanceamento interno) ou coligar alianças (balanceamento externo) de maneira significativa sem provocar a percepção de ameaça e, conseqüentemente, ações de equilíbrio por potências regionais vizinhas, passíveis de serem reforçadas por ações de equilíbrio além-mar pelos Estados Unidos (*offshore balancing*). Assim, a unipolaridade seria caracterizada por um limiar de concentração de poder em que a concorrência por alteração sistêmica seria contraproducente e por estabelecer como desafio aos principais países que desejem rever tal *status quo* político ser capaz de moldar alterações regionais de poder que não sejam desestabilizadoras ou, pelo menos, percebidas (Wohlforth 1999).

Terceiro, o somatório das capacidades norte-americanas com as capacidades de seus principais aliados configuraria um ordenamento internacional em que a segurança e os valores dos Estados Unidos não pudessem ser significativamente ameaçados. Isso limitaria a ação de seus principais rivais a um tipo de balanceamento leve (*soft balancing*), aplicado para limitação e desgaste do poder norte-americano, ainda assim muito restrito para provocar uma mudança estrutural do sistema internacional sem um problema ou erro sistemático de produção e emprego de poder pelos próprios Estados Unidos (Nye Jr. 2010; Pape 2005). Por isso, esse recurso de ação internacional teria mais sentido como forma defensiva de limitar a ação norte-americana através da organização de blocos no âmbito de regimes internacionais.

Uma última consideração possível é com relação a uma alteração significativa dos pesos relativos de Europa e Ásia no sistema internacional. Os índices de distribuição de poder descritos acima permitem chamar a atenção para uma clara transferência de poder da Europa para a Ásia. Levando-se em conta os impactos da crise financeira de 2008 sobre a riqueza europeia, já é possível constatar um agravamento dessa redistribuição de poder em razão da dificuldade que possivelmente os países europeus têm em manter seus gastos e capacidades militares. Na realidade internacional pós-crise de 2008, além de um cenário de uma vantagem nuclear estratégica asiática relativa sobre os países

européus, já se registra no ano de 2012 a superação dessa região em gastos militares sobre os países europeus (IISS 2012, 31).

Ainda assim, é importante chamar mais uma vez a atenção para o fato que maiores taxas de riqueza e população não se traduzem imediatamente em poder militar. A superioridade em tecnologia e material da Ásia sobre a Europa foi, historicamente, a regra e não a exceção na comparação entre as duas regiões. No entanto, a Europa sempre foi capaz de evitar a subjugação militar pela Ásia. Já o inverso foi possível em vários momentos e tornou-se contínuo a partir do século 17. Desde então, os países europeus sempre foram capazes de manter alguma vantagem em poder militar sobre países asiáticos (Parker 1996 e 2005).

A partir de análises objetivas e sistêmicas, é possível, ainda assim, identificar que os desenvolvimentos regionais diferenciados entre Europa e Ásia remetem em maior concorrência por segurança e poder entre os países asiáticos quando comparados com os europeus. Isso resultaria em mais instancias de uso da força, possibilidades de alteração da distribuição de poder e, conseqüentemente, maior atenção norte-americana. Isto de fato reforçaria a relevância das hipóteses de Mearsheimer quanto necessidade de verificação se a primeira hipótese explicaria o panorama europeu, enquanto a segunda hipótese favoreceria entender o panorama asiático. Isso significa apreciar os impactos da crise financeira de 2008 nos principais rivais dos Estados Unidos na Europa e na Ásia: Rússia e China.

As Implicações da Crise Financeira de 2008 na Rússia e na China.

A crise financeira de 2008 teve efeitos econômicos e políticos distintos na Rússia, China e Estados Unidos, bem como sobre suas condições relativas de segurança e capacidade de projeção de poder na garantia de seus interesses. Mantendo-se como referência as hipóteses de Mearsheimer, é importante considerar, primeiro, se a crise de 2008 favoreceu o acúmulo de poder e alguma possibilidade de primazia regional à Rússia e à China para, mais a frente, comparar esses efeitos observados sobre as condições relativas de força dos Estados Unidos.

No caso da Rússia, a crise financeira teve dois efeitos econômicos principais. Por um lado, um desequilíbrio de sua balança de pagamentos em razão da redução de suas exportações de energia para Europa. Ademais, a

extensão da retração da atividade econômica dessa região em razão de uma crise estrutural da zona do Euro não permitirá uma recuperação dessa receita russa tão cedo e continuarão a existir impactos negativos em suas reservas (Sotner-Weiss 2009).

Por outro lado, a crise financeira deu a oportunidade para uma fuga de capitais da Rússia, menos em razão dos efeitos da crise em si, mas como última instância de uma percepção acumulada de risco político diante da expansão do Estado russo sob Putin sobre todas as instancias da vida social, principalmente as corporativas. Desde o ano 2000, foram vários os choques estatizantes do governo Putin sobre corporações na Rússia, inclusive aquelas lastreadas em investimento estrangeiro. A invasão russa à Geórgia também reforçou essa percepção de risco ao reavivar lembranças amargas da Guerra Fria por parte do investidor estrangeiro ocidental (Sakwa 2008). Por fim, a crise financeira de 2008 exacerbou as tensões da disputa de poder corrente dentro da elite russa desde a década de 1990 entre as oligarquias corporativas - *silovarchi* - e a nova elite política da era Putin - os *silovichi* (Maknoff 2010, 8; Stratfor 2010a). Por isso tudo, já na primeira metade de 2009, o volume de investimento direto na Rússia havia caído em torno de 45% (Maknoff 2010, 4–5).

Como consequência da redução das exportações e da fuga de capitais, o governo russo vem sendo forçado a reduzir suas reservas de capital — a terceira maior no mundo — para sustentar o setor bancário russo e os principais setores da economia: energia e minérios. Portanto, os efeitos econômicos da crise financeira na Rússia foram bastante graves, o que é evidenciado nas contrações de seu PIB e produção industrial (ver gráficos 3 e 4 do apêndice).

No entanto, é importante avançar o escopo analítico para as implicações políticas desses efeitos econômicos.

Uma primeira implicação política derivou justamente da redução da demanda europeia por petróleo e gás russos. Por um lado, ela reduziu a sensibilidade europeia ao fornecimento russo e, logo, a possibilidade de manipulação dessas relações de interdependência complexa. Segundo, ela reduziu a principal receita russa para investimento em modernização da infraestrutura, do parque produtor de petróleo e gás e de suas forças armadas, que vinha ocorrendo continuamente na era Putin. Particularmente neste último caso, entre 2000 e 2008, Putin havia expandido o orçamento militar e iniciado

um programa de reestruturação das forças armadas russas convencionais (Aldis e McDermott 2003; ver Duarte 2012), cujo ganho de capacidades já puderam ser observados na ofensiva à Geórgia (McDermott 2009).

Uma segunda implicação política foi a redução das reservas para investimentos públicos para provimento de bem-estar social, que vem atingindo a legitimidade do governo russo junto a setores da sociedade. Até a crise de 2008, a população russa, principalmente a urbana, foi complacente com a crescente concentração de poder nas mãos de Putin por serem compensados pelos benefícios da expansão econômica. Com a retração econômica e de compensações governamentais, passaram a ocorrer demonstrações públicas de descontentamento e levantes populares (Maknoff 2010, 9).

Em terceiro lugar, nos últimos anos antes da crise de 2008, a Rússia dava andamento a uma campanha de reversão dos movimentos democratizantes ocorridos nas antigas repúblicas soviéticas desde a década de 1990. Principalmente na Ásia Central e no Cáucaso, as elites pró-Rússia foram lançadas novamente a posições de comando ou chave para a vida política dos países dessa região através, principalmente, de apoio financeiro a partidos políticos e de investimentos diretos de estatais e corporações privadas russas. Esse programa de reenquadramento político do seu ‘entorno próximo’ (*near abroad*) foi percebido como especialmente necessário em razão da expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte em direção ao leste e da presença norte-americana na Ásia Central em disputa pelos seus recursos naturais e, depois, em função da Guerra do Afeganistão. No entanto, entre as várias implicações políticas observáveis na Rússia, essa é a de menor efeito, pois, historicamente, a Rússia foi capaz de manter a influencia sobre essas regiões a baixo custo (Goodrich e Zeihan 2010; Stratfor 2010b).

Por fim, a Rússia de Putin vinha ensaiando movimentos para se reafirmar internacionalmente através do estabelecimento de parceiras com países extrarregionais rivais ou dissidentes dos Estados Unidos através do provimento de empréstimos e vendas subsidiadas de armamentos, recursos naturais e energia. No entanto, os efeitos da crise financeira na Rússia inviabilizam a manutenção de tais subsídios, o que vem limitando a Rússia a ações mais indiretas em fóruns e regimes internacionais.

Por todas essas razões, a crise financeira de 2008 não parece ter favorecido a Rússia, seja na produção e projeção internacional de poder, seja na

criação de alguma vantagem ou oportunidade regional. Assim, a Rússia mantém-se como uma grande potencia relevante na Europa, mas a crise financeira de 2008 restringe seus recursos de poder disponíveis, historicamente concentrados na porção mais ocidental do país, em demérito de uma presença menos ativa na Ásia.

São notórios os processos de crescimento da economia e modernização da sociedade chinesa, o que implicaram em um limitado impacto direto da crise financeira em comparação com o restante dos países do mundo. Ainda assim, apesar dessa resistência da China à crise, seus líderes estão extremamente apreensivos sobre o futuro em razão dos impactos muito mais significativos das recessões norte-americana e europeia nas exportações chinesas. Por isso, as previsões de crescimento dos próximos anos são de desaceleração. Embora o impacto da crise nas taxas de investimento direto pareça ter sido passageiro, a redução no excedente do balanço comercial chinês mantém-se até os dias atuais (ver gráfico 5).

Depois de duas décadas de crescimento, uma desaceleração não incomodaria a maior parte dos países. Mas a China é diferente. A sua estabilidade, e mesmo integridade, política e social reside na manutenção do crescimento. É com a enorme escala de exportações e investimentos externos em torno das províncias costeiras e mais povoadas que a China acumula excedente suficiente para incremento do bem-estar das províncias interiores, e assim minimizar a grave concentração de renda entre áreas urbanas e áreas rurais e entre províncias costeiras e províncias interioranas. É por intervenção estatal que existe atenuação desse desequilíbrio. Exemplarmente, esse é o caso das provinciais mais ocidentais de Xiang e Tibete, cujas variações entre renda local produzida e renda per capita são marcantes e decorrem da intervenção estatal na redistribuição da riqueza produzidas entre as províncias chinesas (comparar mapas 1 e 2 do apêndice).

Além do atendimento de províncias menos ricas, os excedentes das exportações chinesas têm sido aplicados ainda na modernização do país para que, no médio prazo, a China seja capaz de mitigar a sua grande vulnerabilidade externa para seu crescimento e expandir seu mercado consumidor interno ainda muito reduzido.

Assim, a redução dos excedentes das transações externas limita, por sua vez, o capital disponível para a execução dessas duas operações de maneira contínua e equilibrada. Mais que isso, confirma-se que a concentração de renda exacerbou-se após a crise financeira de 2008 (ver gráfico 5). Por isso, elevam-se as pressões sociais doméstica ao passo que se percebe que as ações governamentais não vêm sendo suficientes para a redistribuição da prosperidade.

De fato, existem demandas excludentes entre si por ganho na fatia da riqueza entre áreas rurais e urbanas que refletem no diretório do Partido Comunista. A solução chinesa tem sido subsidiar a produção interna através de mecanismos artificiais, basicamente subsídios e intenso investimento público, evitando assim desemprego. Mas se nota que as exportações e o consumo interno não têm sido os expoentes na sustentação do crescimento chinês após crise de 2008.

A vulnerabilidade externa chinesa, além de tensões internas, tem tido importantes implicações na política externa chinesa, elevando a tensão nas suas relações com seus vizinhos. A contração do mercado internacional demanda que o acesso a recursos naturais seja mais eficiente e barato para que suas exportações e a modernização não sejam estancadas. Assim, a China precisa elevar a competitividade de seus produtos através da redução dos custos de produção e distribuição de suas manufaturas.

Isso tem levando à China a conduzir uma política externa quase mercantilista na utilização de toda gama de recursos diplomáticos possíveis para redução dessa vulnerabilidade externa através do incremento do acesso a recursos naturais e outras medidas relacionadas à proteção das linhas marítimas por onde passam suas trocas comerciais. Nesse sentido, a recente política externa chinesa tem investido em três eixos de ação com respectivas e importantes consequências geopolíticas.

Primeiro, a China tem aumentado sua presença em países da Ásia Central, outrora integrantes da União Soviética, para acesso a recursos energéticos. Como resultado, tal presença chinesa em alguns desses países, principalmente no Cazaquistão, tem provocado algum distanciamento nas relações entre China e Rússia.

Segundo, a China vem investindo substantivamente em acordos com Paquistão, Sri Lanka, Bangladesh e Myanmar para o estabelecimento de

entrepostos marítimos e eixos logísticos para escoamento de recursos naturais em direção à China e de manufaturas a partir desses entrepostos. Essa rede chinesa no sul da Ásia vem provocando a percepção de ameaça pela Índia que, por sua vez, concluiu acordos de cooperação militar inéditos com os Estados Unidos e o Japão.

Terceiro, com a identificação de recursos naturais no mar do sul da China, os pleitos chineses por soberania marítima na região tornaram-se mais agudos, provocando atritos e apreensão de vários países como Vietnã, Malásia, Filipinas, Coréia do Sul e Japão (ver mapa 3). Esse parece ser um caso de dilema da segurança, pois existem casos de tensões diplomáticas pontuais e uma escalada regional em investimentos em marinhas de guerra. Adicionalmente, esse ambiente de concorrência por segurança criou a oportunidade para aproximação ou consolidação da cooperação militar dos Estados Unidos com vários países da região. Tal ‘renascença’ da presença norte-americana na Ásia foi divulgada recentemente como pilar da política externa norte-americana para o século XXI.

Assim sendo, embora as implicações econômicas da crise financeira de 2008 na China pareçam ter sido menores em comparação com a Rússia, e mesmo em comparação com a maioria dos países, suas implicações políticas domésticas e regionais parecem estabelecer desafios relevantes para as lideranças políticas chinesas. Particularmente porque a China não possui pretensões ideológicas ou propostas de alianças ou regimes regionais que possam favorecer algum tipo de apaziguamento com seus vizinhos (Walton 2002, 208).

Essa percepção regional da ascensão chinesa torna-se particularmente aguda quando se constata que a China possui o segundo maior orçamento militar do mundo. No pós Guerra Fria, esse orçamento foi investido na capacitação da China em negar ou pelo menos elevar muito os custos de uma intervenção, particularmente norte-americana, em sua soberania. Mais recentemente, a China começou a investir em um porta-aviões e um programa de incremento da capacidade expedicionária de suas forças terrestres. Ainda que essas capacidades não sejam efetivas e suficientes para uma projeção inter-regional de poder ou fazer frente aos Estados Unidos, a China já possui a maior marinha de guerra da Ásia Oriental (IISS 2012), o que garante, na avaliação de

seus vizinhos, meios para atender intenções regionais mais impositivas da política externa chinesa.

Essa correlação de capacidades, percepções e ações pode sugerir a manifestação da segunda previsão conceitual de padrões internacional da unipolaridade apontada acima. A ascensão de uma potência regional em busca de alguma equiparação - para salvaguarda ou disputa - com a potência unipolar provoca a percepção de ameaça e, logo, ações de equilíbrio - internos e externos - por partes dos países asiáticos e a oportunidade para balanceamento além-mar pelos Estados Unidos.

Portanto, a partir dos dados apresentados, é possível especular a ocorrência da primeira hipótese de Mearsheimer na Europa e uma antecipação à ocorrência da segunda hipótese na Ásia. Ou seja, a crise financeira de 2008 teria ressaltado a redistribuição de poder e de padrões políticos potencialmente ameaçadores ou desafiadores aos Estados Unidos na Ásia, pela China, do que na Europa, pela Rússia. Essas alterações regionais tendem a impactar na percepção e cálculos norte-americanos, logo, na sua presença militar e engajamento com questões de segurança das duas regiões. Seguindo as proposições de Mearsheimer, no médio prazo, isso ofereceria maior pressão sobre a China e maior margem de ação à Rússia.

No entanto, ainda assim, é importante considerar se os impactos na crise financeira de 2008 tiveram implicações mais incisivas no seu país de origem, os Estados Unidos, de maneira que possam ter fragilizado as condições de possibilidade de sua capacidade diferenciada de projeção de poder militar no sistema internacional e, subsequentemente, sua agenda internacional.

O Papel dos Estados Unidos na Segurança Internacional do Século 21: a Erosão do Comando dos Comuns?

De maneira similar ao procedido na seção anterior, a avaliação preliminar dos impactos da crise financeira de 2008 sobre as agendas de política externa dos Estados Unidos oferece um panorama da agenda de segurança internacional do século XXI.

No caso norte-americano, a crise financeira e a recessão econômica aprofundaram a dívida pública. No entanto, no campo da defesa, os efeitos ainda não foram críticos, apesar de existirem ajustes que merecem atenção.

A situação econômica parece ser a justificativa final para a reversão do padrão de aumento do orçamento de defesa, que veio ocorrendo ano a ano desde 2001, acumulando um aumento real em torno de 75% e em termos percentuais do PIB de 3 para quase 5% (IISS 2010, 22). É nesse sentido que se nota uma redução na taxa de aumento anual do orçamento de um padrão de mais de 5% entre 2007 e 2009 para um aumento de 1% em 2010 e uma redução do orçamento militar norte-americano em 1,3% em 2011 (Silva Filho e Moraes 2012, 27–38)

Os cortes do orçamento militar foram, primeiro, na redução da transferência de recursos para regimes internacionais e a ajuda financeira como instrumentos de política externa, padrão ainda muito enviesado pela contabilidade dos compromissos no Afeganistão, Iraque e ainda no Paquistão (IISS 2010, 25)². Assim, é importante contrastar esses efeitos da crise financeira sobre a agenda da política de segurança dos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria para avaliação de seus efeitos.

Adicionalmente, é decisão explícita dos Estados Unidos de corte do orçamento militar e o desbaratamento de boa parte do contingente e porte material utilizado no Iraque e no Afeganistão. Por exemplo, a maior parte dos componentes dos grupos de porta-aviões utilizados no Iraque não será reorientada para o Pacífico, mas será mantida em baixo regime de prontidão nos Estados Unidos. Assim, esses meios estarão disponíveis em caso de extrema necessidade, mas, de fato, estarão em níveis mínimos de manutenção que resguardem suas operacionalidades. Nesse sentido, o secretário Gates também reviu integralmente a orientação administrativa anterior da *Transformation*, ou seja a construção de uma capacidade militar que garantisse a primazia com folgas por volta de 2020 (Duarte 2012, 26-27). O novo foco de gastos tem sido pela modularidade das forças combatentes e pelo ganho de versatilidade para enfrentamento de ameaças diversas caracterizadas nos panorama de segurança internacional curto e médio prazos.

² Adicionalmente, existe um débito acumulado junto às Nações Unidas, bem como existe um esforço de se aumentar a divisão dos custos do FMI com as potências emergentes, incluindo o Brasil, e de fato existe a construção de uma percepção de irrelevância dessas instituições (Teslik 2008).

Por fim, existe um panorama crítico de redução dos quadros de tropas norte-americanas. No entanto, deve-se atentar para dois fatos. Primeiro, os números de tropas efetivas ainda são consideravelmente expressivos e apoiados em mais recursos e meios que qualquer outro país (ver IISS 2012, c. 2). Segundo, as forças armadas norte-americanas contam com um sistema global de bases e no ainda existente comando das áreas comuns, que lhe permitem uma capacidade ainda sem paralelo de deslocamento e concentração de suas capacidades combatentes.

Levando em conta essas considerações econômicas e militares, é interessante ajustes na política de segurança norte-americana.

Sua agenda internacional no pós Guerra Fria tem sido a de manter sua primazia global, que é fundamentada em três pilares: (i) a sustentação de sua capacidade de projeção de poder; (ii) a neutralização ou redução da capacidade de projeção de poder sobre os Estados Unidos por outras potências; (iii) e preservar estruturas políticas regionais que perpetuem essas vantagens (Diniz 2006).

Seguindo essa agenda, o grande legado norte-americano da Guerra Fria é que os Estados Unidos mantêm o que Barry Posen em 2003 chamou do comando dos comuns, isto é, o seu domínio quase absoluto do espaço (entendido como a órbita terrestre), o seu 'comando dos acessos marítimos' a partir dos oceanos, e sua capacidade de impor e sustentar a supremacia aérea acima dos 15 mil pés na região em que atuar militarmente. Pela importância para os Estados Unidos em manter essa condição de atuação e pela existência de esforços com resultados efetivos de negação desses acessos, principalmente os marítimos por parte de Irã e China; uma proposta de orientação das capacidades militares norte-americanas para a manutenção do comando dos comuns no século 21 foi recentemente submetida ao Congresso norte-americano pelo programa *Air-Sea Battle* (U.S. Department of Defense 2011)³.

Em termos práticos, esse primeiro item da agenda dos Estados Unidos prossegue também através de alianças com países cujas posições geográficas

³ Uma clara alusão ao programa *Air-Land Battle*, desenvolvido para fazer frente às capacidades terrestres do Pacto de Varsóvia na década de 1980 (ver Duarte 2012, 14-16).

sejam particularmente úteis no emprego de seus meios de força, facilitando-lhes a projeção global através da disponibilização de bases para pré-posicionamento de equipamentos, munições e suprimentos (Diniz 2004; Duarte 2003; Proença Júnior e Duarte 2003).

O segundo item da agenda vem sendo materializada pela construção de duas arquiteturas. A primeira é a de defesa a mísseis balísticos em torno da Europa, mas potencialmente com instalações no Japão e Pacífico. Para além do escudo balístico, esse projeto foca principalmente na sustentação do comando do espaço através de uma rede de sistemas de satélites e radares posicionados na superfície de vários países. A segunda arquitetura é a rede de monitoramento múltipla, baseada principalmente pelo uso de veículos não-tripulados (*BAMS - Broad Area Maritime Surveillance*), que poderá permitir amplo escopo de observação das atividades marítimas da maioria dos países.

O terceiro item de agenda teve início na era Bush e foi apenas reforçada com a crise de 2008. Os Estados Unidos têm articulado relações bilaterais e multilaterais limitadas com o objetivo de produzir algum tipo de contenção ou mesmo atrito com seus principais rivais: Rússia e, principalmente, China.

Na Europa, os Estados Unidos têm incentivado acordos militares externos à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – fugindo do enrijecimento desta aliança, em especial pelas agendas particulares de França e Alemanha. Exemplarmente, esse é o caso do acordo em andamento entre Polônia, Romênia, Hungria e República em torno de uma aliança militar limitada e externa a OTAN: o Visegrad 4. Interessante notar que é justamente com esses países que se avançam acordos bilaterais com os Estados Unidos para a instalação de bases da rede de escudos antibalísticos na Europa. Na Ásia, relações inicialmente bilaterais entre Índia, Austrália, Japão e Coreia do Sul evoluem para uma coalizão ampla sob coordenação monitorada dos Estados Unidos para presença marítima articulada nos oceanos Índico e Pacífico para, como discutido mais acima, contenção da China.

Esse descritivo da agenda de segurança norte-americana permite avançar algumas considerações finais do artigo.

Considerações Finais: por uma Agenda de Pesquisa em Produção e Conversão de Poder Militar.

Em uma avaliação consolidada dos efeitos da crise financeira no panorama de segurança internacional, podem-se apontar quatro tendências gerais.

Primeiro, a crise financeira levou a Rússia a suspender, pelo menos temporariamente, sua iniciativa recente de reerguimento e de iniciativas pontuais de balanceamento à primazia de poder dos Estados Unidos.

Segundo, o vertiginoso crescimento econômico da China nos últimos vinte anos permitiu a este país sustentar o segundo maior orçamento militar do mundo. Porém, isso não repercutiu a uma ascensão equivalente do seu poder militar e influência internacional. Por um lado, sua economia possui uma estrutura de grande vulnerabilidade externa e que impõe o emprego de mecanismos artificiais para sua sustentação em tempos de retração do mercado internacional, o que constrange seu excedente de capital para harmonização de suas discrepâncias sociais e econômicas internas. Por outro lado, a China possui um grande desafio regional em superar ou acomodar a concorrência por segurança e ações de contenção por seus vizinhos, em combinação com os Estados Unidos, que sua atuação regional recente tem provocado.

Terceiro, somam-se dados que indicam a redução da capacidade dos aliados tradicionais europeus dos Estados Unidos em conduzir operações mundo afora. O que confirma não apenas a ascensão relativa da Ásia em comparação com a Europa, mas também reforça a percepção norte-americana pela necessidade de atualizar seu rol de alianças e presença militar além-mar. Isso ajuda a explicar as iniciativas recentes do presidente Obama por acordos e relações bilaterais expandidas em outros continentes, principalmente junto à Índia, Indonésia, Austrália, Japão e Coreia do Sul. Nesse ambiente de transição, isso pode ter como consequência a redução do compromisso norte-americano em outras regiões e ainda com mecanismos multilaterais que não lhe digam respeito diretamente a favor de soluções de conveniência.

Isso permite registrar a cautela dos Estados Unidos em buscar mecanismos de equilíbrio e de intervenção à baixo custo depois dos envolvimento perdulários no Afeganistão e no Iraque. Assim, tanto em termos de meios de monitoramento e sensoriamento, seja em termos de presença militar; os Estados Unidos buscam mecanismos tecnológicos e políticos que

garantam atuações eficientes e delegadas a países que tenham objetivos de política externa convergentes com os seus.

Quarto, na comparação entre as capacidades relativas entre Estados Unidos, Rússia e China é possível apontar a manutenção de uma ampla vantagem norte-americana. Como bem aponta Nye Jr. (2010), nenhum país manteve suas forças armadas em níveis tão altos de operação como os Estados Unidos no pós Guerra Fria. Isso produz uma reserva de tropas veteranas incrementadas por anos de revisão e atualização de doutrinas, quadros de organização e planos de operação que, se bem gerenciados, permitirão a manutenção de uma vantagem qualitativa de capacidade militar sobre forças armadas nacionais mantidas em longos períodos de paz. Comparando com os casos russo e chinês, é possível apontar uma grande distinção em termos de capacidade de empregos de poder militar. A Rússia sofreu uma desestruturação que, em alguns casos chegou a dois terços do quadro de oficiais, e reconhece a necessidade de grande investimento e reestruturação de suas forças. Já a China vem conduzindo uma ampla modernização em bases pouco claras de avaliação e certificação de capacidades.

De qualquer maneira, Rússia e China focam suas políticas de defesa para fazer frente a ameaças regionais, quando não fronteiriças (Duarte, 2012), enquanto os Estados Unidos não possuem o mesmo tipo de constrangimentos regionais e ainda, ademais, possuem incentivos para sua presença e envolvimento em outras regiões, particularmente na Ásia.

Assim, na verificação final das hipóteses de Mearsheimer, pode-se concluir pela possibilidade de ocorrência da primeira na Europa – ou seja, o desengajamento norte-americano com possibilidade de desenvolvimento de uma multipolaridade com benefício para os interesses russos – e da ocorrência da segunda hipótese na Ásia. Ou seja, a percepção de alterações importantes na distribuição de poder que demandem a ação norte-americana em antecipação à evolução de uma condição sistêmica que possibilite a ascensão chinesa. Nesse sentido, a expectativa que se estabelece é de um cenário de maior concorrência e atritos na Ásia no curto e médio prazos e de relativa estabilidade na Europa; e no médio e longo prazos, de escalada das relações de concorrência por segurança e interesses nacionais na Europa.

Um leitor mais rigoroso desse artigo apontará que as considerações apresentadas até aqui são demasiadamente subjetivas. Tal acusação é correta e traz à tona a fragilidade das ferramentas teóricas do campo das Relações Internacionais para análise das questões de segurança. Por isso, são oportunos alguns parágrafos finais de cunho metodológico em defesa de uma agenda de pesquisa dos atributos do poder militar, necessária para o avanço das ferramentas de análise do panorama de segurança internacional do século XXI.

A concepção neo-realista a partir da teoria da política internacional de Kenneth Waltz (2002, originalmente 1979) aponta como central para a análise do sistema internacional a apreciação das diferenças de capacidades entre os estados. Essas diferenças de capacidades definiriam os padrões internacionais de concorrência por poder e por segurança, bem como as possibilidades de cada ator em gerir e atuar no sistema. Ainda assim, como bem aponta Mearsheimer, qualquer pleito de análise sistêmica das relações internacionais passa pela necessidade de apreciação das propriedades do poder militar para conclusão dessas capacidades diferenciadas. No entanto, a maioria dos autores do campo que tratam de segurança internacional, incluído os realistas, oferece proposições superficiais do poder militar.

A começar pelo próprio Waltz, ele desconsidera o papel dos armamentos nucleares e do uso efetivo de forças convencionais como elementos de mudança no sistema. Ademais, ele resume a produção de capacidade militar ao investimento em alta tecnologia e seu emprego ao uso dissuasório (Waltz 2002, 252–258). Já realistas neoclássicos - como Stephen Brooks, William Wohlforth e Paul Kennedy (Brooks e Wohlforth, 2008; Kennedy 1989) – limitam a consideração do poder militar a dados econômicos e quantitativos como orçamento militar total, orçamento em pesquisa e desenvolvimento militar e capacidade de mobilização industrial. Mearsheimer é aquele que faz uma investigação mais aprofundada do poder militar ao apontar como elementos do poder militar grandes forças terrestres e armas nucleares, além de forças aéreas e marítimas como meios de apoio e projeção daquelas primeiras. Ainda assim, Mearsheimer relativiza as propriedades desses elementos do poder militar pela possibilidade de efeitos desproporcionais de fatores não materiais como uma boa estratégia, do clima e de doenças. Adicionalmente, ele reconhece como importante mas não define como analisar as variações de mobilização e conversão de poder potencial em real. Por fim, apenas Gilpin leva em

consideração como técnicas e aspectos particulares da produção e emprego de poder militar são um vetor de mudança no sistema (Gilpin 1983, 40).

Esse estado da literatura das Relações Internacionais levou a direcionarem duras críticas ao campo (por exemplo, Kugler 1993). A melhor síntese delas foi elaborada por Stephen Biddle (2006). Ele faz três críticas principais que caracterizariam a fragilidade dessa literatura no entendimento do poder militar. Primeiro, capacidade militar e instituições militares não são a mesma coisa, pois uma força armada perde e ganha capacidade ao longo do tempo, sendo portanto uma propriedade dinâmica e, principalmente, relacional. A avaliação da capacidade relativa de poder militar de um país precisa ser atualizada constantemente e levar em consideração as condições relativas de forças, de disposição no espaço geográfico e do caráter de emprego entre as forças armadas envolvidas; especialmente porque empregos defensivos e ofensivos são essencialmente distintos.

Segundo, tais condições relativas de poder militar dependem essencialmente de aspectos não materiais relacionados ao emprego das forças combatentes. Nesse sentido, somam-se vários estudos que apontam que as possibilidades de emprego de capacidades militares no ambiente moderno de grande letalidade dependem crucialmente da qualidade individual de cada soldado e da qualidade coletiva de uma força armada em correspondência a sua doutrina e organização (Bailey 2003; English e Gudmunsson 1994; Grossman 1996; Hughes 2000; Simpkin 1980). Esse é o principal elemento que faz com que as condições relativas de força sejam, por um lado, dinâmicas e não estáticas e, por outro lado, distintas de conclusões simplesmente quantitativas baseadas em primazias orçamentária, material ou tecnológica entre duas forças armadas. Biddle aponta que números e alta tecnologia apenas maximizam poder militar de acordo a um emprego de alto desempenho.

Terceiro, Biddle critica a falta de rigor metodológico e de estudos de casos históricos para desenvolvimento das proposições conceituais a partir das quais se elaboram os diagnósticos e prognósticos da segurança internacional contemporânea.

Uma primeira consequência dessa falta de aparato analítico é a imprecisão na qualificação das capacidades relativas dos Estados Unidos em cada região do globo. Por exemplo, na comparação das possibilidades de

projeção de poder norte-americano na Europa e na Ásia, é preciso acessar as condições políticas diferenciadas de alinhamento dos países, as capacidades quantitativas, mas principalmente qualitativas, das forças armadas e ainda o efeito diferenciado da geografia em cada cenário.

Outra consequência dessa fragilidade é o exagero e precipitação de conclusões. Por exemplo, se tomamos como índices de poder militar aqueles apontados por Mearsheimer, Wohlforth e Kennedy, é possível concluir que a China é hoje a uma potencia militar superior à Rússia. No entanto, o desenvolvimento russo em organização, doutrina e tecnologia militares ao longo de sua história militar, além de um arsenal nuclear ainda consideravelmente maior, além dos desafios de segurança regional que cada um desses dois países possui, podem sugerir o contrário.

Portanto, apesar da avaliação de variações e tendências econômicas e políticas serem importantes para se analisar perspectivas da segurança internacional, esses fatores permitem compreender as intenções, objetivos e percepções dos estados. De um ponto de vista de análise sistêmico das relações internacionais, as hierarquias de preferências desses estados são influenciadas principalmente pelas capacidades relativas.

Portanto, se não se avança um entendimento sólido das gramáticas das capacidades militares, a análise de segurança internacional torna-se refém das comunicações oficiais das chancelarias, com todo seu conteúdo expediente e diversionário, e a índices de dados que permitem, como empreendido neste artigo, apenas avaliações preliminares da segurança internacional contemporânea.

REFERÊNCIAS

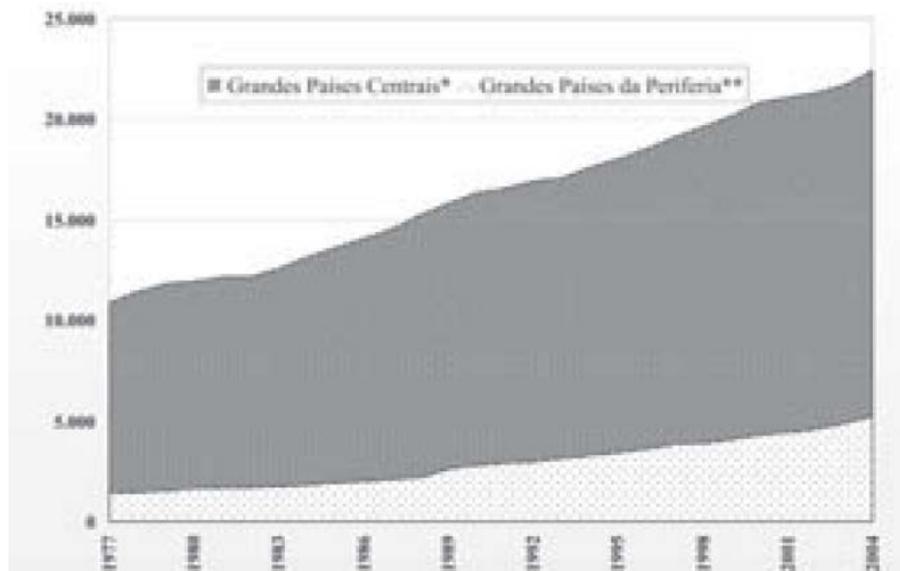
- Aldis, A. C., e R. N. McDermott, ed. 2003. *Russian Military Reform, 1992-2002 (Soviet (Russian) Military Institutions)*. Londres: Routledge.
- Aron, R. 1986. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Ed.UnB.
- Bailey, J. B. A. 2003. *Field Artillery and Firepower* (Rev Exp edition). Annapolis: US Naval Institute Press.
- Baylis, J., e J. Garnett. 1992. *Makers of Nuclear Strategy*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Biddle, S. 2006. *Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle*. Princeton: Princeton University Press.
- Brooks, S. G., e W. C. Wohlforth. 2008. *World Out of Balance: International Relations and the Challenge of American Primacy*. Princeton: Princeton University Press. Retrieved from <http://www.amazon.com/dp/0691137846>.
- De Oliveira, A. J., e J. Onuki. 2000. “Brasil, Mercosul e a segurança regional.” *Revista Brasileira de Política Internacional*: 108–129.
- Diniz, E. 2004. “Encerrando a Guerra Fria: Revisão da Postura Global dos Estados Unidos”. *Boletim Conjuntura Internacional* 1(2).
- _____. 2006. “Relacionamentos Multilaterais na Unipolaridade.” *Contexto Internacional* 28(2): 502–565.
- Duarte, É. 2012. “A Conduta da Guerra na Era Digital e suas Implicações para o Brasil: uma Análise de Conceitos, Políticas e Práticas de Defesa.” *Texto para Discussão (IPEA)* Junho.
- _____. 2003. “Combate Além do Horizonte: a Projeção de Força Rápida dos EUA.” Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- English, J. A., e B.I. Gudmunsson. 1994. *On Infantry (Revised edition)*. Westport: Praeger.
- Gilpin, R. 1983. *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goodrich, L., e P. Zeihan. 2010. “The Financial Crisis and the Six Pillars of Russian Strength.” *Stratfor*.
- Grossman, D. 1996. *On Killing: The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society* (Revised edition). Nova Iorque: Back Bay Books.
- Hughes, W. P. 2000. *Fleet Tactics and Coastal Combat*. Annapolis: Naval Institute Press.
- IISS. 2010. *The Military Balance 2010*. Londres: Routledge.
- IISS. 2012. *The Military Balance 2012*. Londres: Routledge.
- Ikenberry, G. J., M. Mastanduno, e W. Wohlforth. 2011. *International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*. Cambridge: Cambridge University Press.

- _____. 2009. "Unipolarity, State Behavior, and Systemic Consequences." *World Politics* 61 (01): 1–27. doi: 10.1017/S004388710900001X.
- Jervis, R. 2009. "Unipolarity." *World Politics* 61(01):188–213. doi: 10.1017/S0043887109000070.
- Kahn, H. 2007. *On Thermonuclear War*. Piscataway: Transaction Publishers.
- Kaufman, S., R. Little and W. C. Wohlforth. 2007. *Balance of Power in World History* (First edition). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Kennedy, P. 1989. *The Rise and Fall of the Great Powers* (1st edition). Nova Iorque: Vintage.
- Kugler, J., 1993. "Political Conflict, War and Peace." Em: *Political Science: The State of the Discipline II*, editado por A. Finifter, 483–509. Washington: American Political Science Association.
- Layne, C. 2006. "The Unipolar Illusion Revisited: The Coming End of the United States' Unipolar Moment." *International Security* 31(2): 7–21.
- Maknoff, J. 2010. *The Russian Economic Crisis*. Washington: Council on Foreign Relations. Disponível em: <http://www.cfr.org/financial-crises/russian-economic-crisis/p21803>.
- McDermott, R. 2009. "Russia's Conventional Armed Forces and the Georgian War." *Parameters* Spring: 65–80.
- McNaught, L. W. 1984. *Nuclear Weapons and Their Effects*. Oxford: Pergamon Press.
- Mearsheimer, J. J. 2009. "Reckless States and Realism." *International Relations*. 23(2): 241–256. doi: 10.1177/0047117809104637.
- _____. 2003. *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova Iorque: W.W. Norton & Co..
- Nye Jr., J. S. 2010. "The Future of American Power." *Foreign Affairs* November/December. Acesso em 08 de agosto de 2012: <http://www.foreignaffairs.com/articles/66796/joseph-s-nye-jr/the-future-of-american-power>.
- Organski, A. F. K., e J. Kugler. 1981. *The War Ledger*. Chicago: University Of Chicago Press.
- Pape, R. A. 2005. "Soft Balancing against the United States." *International Security* 30(1): 7–45. doi: 10.1162/0162288054894607.
- Parker, G., ed. 2005. *The Cambridge History of Warfare*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- _____. 1996. *The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500–1800* (2nd edition). Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Posen, B. R. 2003. "Command of the Commons." *International Security* 28(1): 5–46.
- Proença Júnior, D. e E. Duarte. 2003. "Projeção de Poder e Intervenção Militar pelos EUA." *Revista Brasileira de Política Internacional* 46(1): 135–152.

- Sakwa, R. 2008. “‘New Cold War’ or Twenty Years’ Crisis? Russia and International Politics.” *International Affairs* 84(2):241–267. doi: 10.1111/j.1468-2346.2008.00702.x.
- Silva Filho, E., e R. F. Moraes. 2012. “Dos ‘Dividendos da Paz’ à Guerra Contra o Terror: Gastos Militares Mundiais nas Duas Décadas após o Fim da Guerra Fria, 1991-2009.” *Texto para Discussão (IPEA)* 1754.
- Simpkin, R. 1980. *Mechanized Infantry*. Oxford: Pergamon Press.
- Sotner-Weiss, K. 2009. “Russia and the Global Financial Crisis: The End of ‘Putnism’?” *Brown Journal of World Affairs* 15(2).
- STRATFOR. 2010a. *Russia’s Expanding Influence*. Austin: Stratfor.
- STRATFOR. 2010b. *The Kremlin Wars*. Austin: Stratfor.
- Tammen, R. L. et al. 2000. *Power Transitions: Strategies for the 21st Century*. 1st ed. New York: Seven Bridges Press, LLC / Chatham House.
- Teslik, L. “Long-Term Implications of the Financial Crisis.” *Council on Foreign Relations*. Retrieved July 23, 2012 from <http://www.cfr.org/business-and-foreign-policy/long-term-implications-financial-crisis/p17489>, 2008.
- U.S. Department of Defense. *Background Briefing on Air-Sea Battle by Defense Officials from the Pentagon*. Retrieved from: <http://www.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=4923>, 2011.
- Walton, C. D. 2002. “Beyond China: The Geopolitics of Eastern Eurasia.” *Comparative Strategy* 21(3): 203–212. doi: 10.1080/01495930290042976.
- Waltz, K. 2002. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva,
- Wohlforth, W. C. 1999. “The Stability of a Unipolar World.” *International Security* 24(1): 5-41. doi: 10.1162/016228899560031.

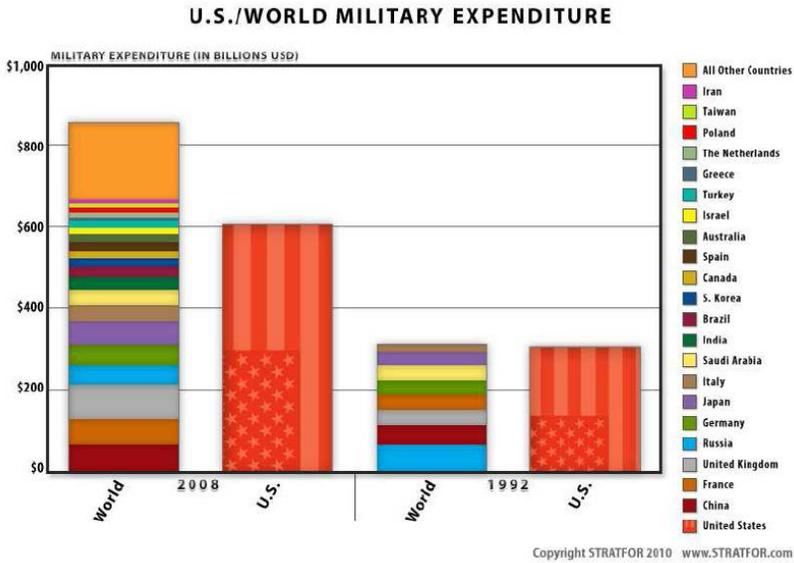
APÊNDICE 1

Gráfico 1: Comparação de PIBs entre Grandes Países Centrais e Grandes Países Periféricos.



Source: DUPAS, G. “Metajogo do Poder e o Panorama Militar Internacional.” *O Brasil no Mundo que Vem Aí: I Conferencia Nacional de Política Externa e Política Internacional*. Rio de Janeiro: FUNAG, 2007, p. 304.

Gráfico 2: Comparação de Principais Orçamentos Militares dos anos de 1998 e 2008.



Fonte: STRATFOR. *US/World Military Expenditure*. Austin, 2010.

Tabela 1: Estoque de Ativos de Artefatos Nucleares.

País	Até 1990	2006	2012
Estados Unidos	9680	5235	1700 a 2200
Rússia	10996	3503	1700 a 2200
França	538	348	348
Inglaterra	260	185	185
China	250	200 a 400	construindo mais
Índia	?	40 a 50	construindo mais
Paquistão	?	30 a 50	acompanhando a Índia
Israel	100 a 200	200	?
Coréia do Norte	Possivelmente 1 ou 2	até 10	possivelmente construindo mais
Irã	0	3 a 10 anos para capacitação nuclear	

Fonte: DUPAS, G. Metajogo do Poder e o Panorama Militar Internacional. *O Brasil no Mundo que Vem* a: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, 287-304. Rio de Janeiro: FUNAG, 2007, 303.

Gráfico 3: Evolução Mensal da Produção de GDP Russo entre 2007 e 2009.



Source: VTB Bank, Markit Economics

Fonte: SOTNER-WEISS, K. Russia and the Global Financial Crisis: The End of “Putnism”? *Brown Journal of World Affairs*, 15(2), 2009, 104.

Gráfico 4: Evolução Mensal da Produção Industrial Russa entre 2006 e 2009.



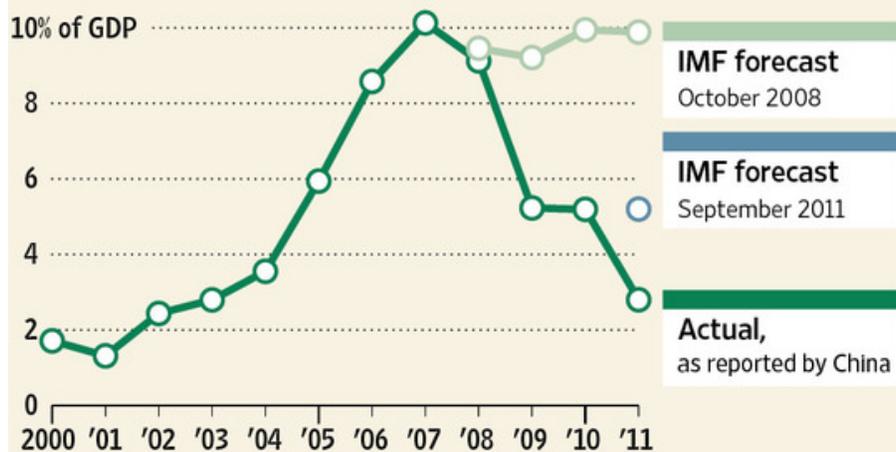
Source: Russian National Bank

Fonte: SOTNER-WEISS, K. Russia and the Global Financial Crisis: The End of “Putnism”? *Brown Journal of World Affairs*, 15(2), 2009, 105.

Gráfico 5: Evolução e Projeções do Balanço Comercial Chinês 2000-2011.

A Shrinking Gap

China's current-account surplus, the broadest measure of a trade surplus with the rest of the world, appears to be narrowing faster than expected.



Sources: International Monetary Fund; China's State Administration of Foreign Exchange

The Wall Street Journal

Fonte: Davis, B. & Orlik, T. "IMF to Shift Its View of China's Trade Surplus". *Wall Street Journal*, 10 abril de 2010.

Mapa 1: Produto Regional de Bruto por Província Chinesa.



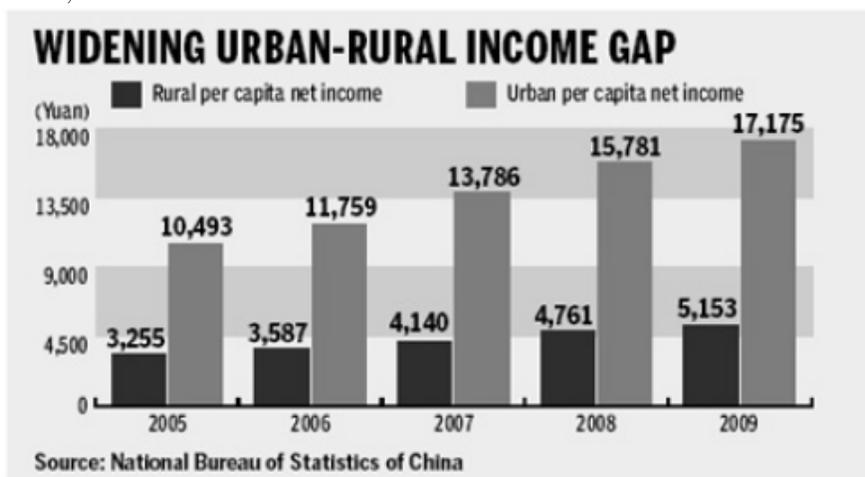
Fonte: Stratfor. *The China Files: The Core Struggle*. Stratfor: Austin, 2009. 4.

Mapa 2: Produto Regional de Bruto por Província Chinesa per Capita.



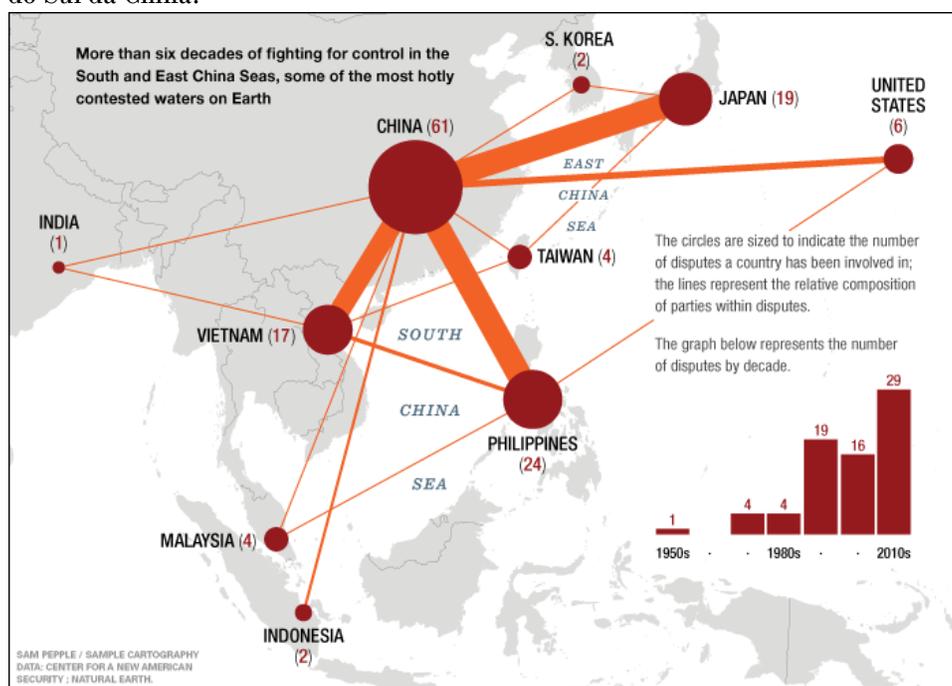
Fonte: Stratfor *The China Files: The Core Struggle*. Stratfor: Austin, 2009. 5.

Gráfico 6: Comparação de Renda per Capita entre Áreas Urbanas e Rurais da China, 2005-2009.



Fonte: Jing, F. "Urban-Rural Income Gap Widest since Reform." *China Daily*, 2010.

Mapa 3: Pleitos de Soberania Marítima e Reservas de Recursos Naturais no Mar do Sul da China.



Fonte: Wright, T. "Outlaw of the Sea." *Foreign Affairs*. Acesso em 08 de julho de 2012.

RESUMO

O presente artigo busca oferecer uma avaliação preliminar, mas estruturada, do panorama de segurança internacional do século 21. Ele tem como foco as previsões do realismo ofensivo (Mearsheimer 2001), que são contrastadas com proposições conceituais sobre os padrões internacionais da unipolaridade (Wohlforth 1999; Diniz 2006) e índices de dados sobre a produção internacional de riqueza, a alocação desta em meios de poder militar e a apreciação de alterações dessa correlação em razão da crise financeira de 2008. O artigo aponta que as tendências de distribuição de poder não favorecem amplamente Rússia e China. No entanto, em razão da maior resiliência chinesa à crise, o acumulado de seus investimentos militares supera o de todos os seus vizinhos e sua grande demanda por recursos naturais em outros países ou áreas em disputa tem levado a organização de maiores constrangimentos sistêmicos em comparação ao caso russo. O artigo ainda aponta que essas dinâmicas regionais de poder também não permitem reconsiderar a primazia militar norte-americana. Por fim, o artigo apresenta algumas considerações finais de cunho metodológico e conceitual para avanço da pesquisa em segurança internacional.

PALAVRAS-CHAVE

Segurança Internacional; Poder Militar; Estudos Estratégicos; Crise Financeira; Forças Armadas.

*Recebido em 13 de agosto de 2012
Aprovado em 05 de novembro de 2012*